

A busca da autonomia feminina por meio do Programa Teresa de Benguela

Silvani Aparecida dos Santos Campos¹

Prof. Mestre Joelias Silva Pinto Junior²

Prof. Doutor João Luiz Binde³

Resumo:

O Programa de Extensão Teresa de Benguela é promovido pelo Instituto Federal de Mato Grosso e busca integrar e elevar a renda de mulheres em situação de vulnerabilidade por meio do empreendedorismo. Fundamentado no 3º Objetivo do Desenvolvimento do Milênio, da ONU, o programa atua na oferta de cursos para mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Neste sentido, este artigo faz uma análise sobre a efetividade do Programa Teresa de Benguela como uma política pública reparadora. Fora realizada, também, análise nas documentações institucionais referentes ao programa, como editais, regulamento do Programa. Também foi realizada uma revisão bibliográfica sobre as temáticas de empoderamento feminino, geração de renda e políticas públicas de promoção de renda e superação de situação de vulnerabilidade. A efetividade do programa em promover a transformação na vida das alunas foi analisada por meio de uma coleta de dados junto a ex-alunas do programa executado no ano de 2017, 2018 e 2019, para verificar perfil das egressas, avaliar os cursos ofertados e os seus impactos. Observou-se que as participantes obtiveram elevada satisfação com os conhecimentos adquiridos, qualidade dos professores e com os produtos e serviços desenvolvidos no curso. Ainda, podemos afirmar que o Programa Teresa de Benguela contribui de maneira satisfatória para a promoção do empoderamento e autonomia de mulheres em situação de vulnerabilidade, pois estas se sentiram motivadas e aptas a criar e aplicar os seus conhecimentos.

Palavras-chaves: Vulnerabilidade, Mulheres, Empoderamento Feminino, Igualdade de Gênero, Promoção de Renda.

Abstract:

Powered by the Federal Institute of Mato Grosso, the Teresa de Benguela Extension Program aims to integrate and raise the incoming of women in vulnerable situations through entrepreneurship. Grounded by the United Nations Millennium Declaration third goal, the program seeks to promote entrepreneurship courses specifically for women in vulnerable situations. This way, this paper does a theoretical reflection about the role of Teresa de Benguela Program as a restorative public policy. Thus we made a bibliographic review about women's empowerment, income rising, public policies for income rising and vulnerable situation overcoming. Institutional documents like regulations, statute and others were reviewed as well. Also, we analysed the answers to a form applied to many of the alumni of the program, where they described their profiles and rated the course and its impacts. Once we have this data and the theoretical review, we did a discussion about the program's efficacy in

¹ Aluno do Curso Superior em Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT) – Campus Barra do Garças.

² Professor Mestre do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT) – Campus Barra do Garças.

³ Professor Doutor do Curso Superior em Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT) – Campus Barra do Garças.

the process of women's empowerment. We saw the women get elevated satisfaction with the acknowledgement acquired, capacity of professors and with the products and services they developed in the course. Thereby we can conclude the Teresa de Benguela Program contributes in a satisfactory manner to engage women's empowerment in vulnerable situations, since these women felt motivated and able to apply their knowledge.

Keywords: Vulnerability, Women, Women's Empowerment, Gender Equality, Income Rising.

1. Introdução

Ao longo da história a mulher construiu sua independência em diversos âmbitos desde o social até o econômico (BORGES, 2013). No Brasil, em 1879 conquistou o direito de ter acesso às faculdades, em 1910 foi criado o primeiro partido feminino e em 1932 ela conquistou o direito ao voto. Esta postura enfrenta o papel secundário que no passado foi designado à mulher como subordinada na sociedade. Foram séculos de condicionamento ao espaço privado do lar em razão de um modelo pré-estabelecido de família patriarcal⁴. O confinamento da mulher ao âmbito doméstico a tornou dependente financeiramente do marido, o que fez com que a sociedade a enxergasse como improdutiva, por não gerar renda. Este modelo de mulher doméstica foi internalizado socialmente passando a determinar a identidade feminina (BORGES, 2013).

Para Hall (1999) a identidade não é definida de maneira biológica mas sim por meio da história, porque o sujeito assume diferentes identidades em diferentes momentos de modo que, a nossa identidade está sempre em constante mudança. Portanto, a identificação está condicionada à forma como somos analisados, ou seja, é construída e modificada de maneira contínua.

A subordinação feminina é uma construção social de valores patriarcais que atravessaram os tempos e deixa sua marca ainda na atualidade. As distorções de concepções a respeito do seu corpo e de suas subjetividades são reflexos inegáveis dessa marca (BORIS e CESÍDIO, 2007). Fatores que contribuíram para sua invisibilidade, para o seu silenciamento, assim como, para o tardio reconhecimento e exercício dos seus direitos. Embora, existam direitos assegurados de maneira legal, ainda assim, a sociedade impôs à mulher uma cadeia de restrições que dificultou e ainda dificulta a plena conquista à autonomia.

No entanto, o cenário atual é de mudança, o público feminino empenha-se em reescrever a sua história e a criação de políticas públicas que auxiliam neste processo têm sido

uma peça indispensável na construção deste novo cenário (BANDEIRA, 2005). Nesta perspectiva, compreender a importância do empoderamento por intermédio da promoção de políticas sociais para a autonomia feminina é fundamental para a conquista efetiva da igualdade de gênero. O termo empoderamento já é um protagonista no campo das políticas sociais (GOHN, 2004), e trouxe um novo olhar do Estado em relação à mulher. Esse novo olhar tem contribuído de maneira significativa tanto para a sua autossuficiência como também para mudanças de paradigmas na rotina do público feminino, proporcionando a elas maior autonomia e envolvimento social.

Segundo Romano (2002), o empoderamento traz o foco às pessoas em vulnerabilidade socioeconômica de modo a superarem suas limitações e alcançarem a independência. Neste sentido, o empoderamento das mulheres por meio de políticas públicas pode contribuir para a independência financeira e moral do público feminino. Além disso, tais políticas estimulam e promovem oportunidades para elas equiparar o poder tanto no meio privado quanto no público (HEREDIA e CINTRÃO, 2006).

Nesta perspectiva, o Programa Teresa de Benguela, uma das políticas públicas voltadas para a promoção de renda, tem sido uma iniciativa para o empoderamento e auto suficiência de mulheres no Estado do Mato Grosso. Criado em 2017, por meio da Ativa Incubadora de Empresas do Instituto Federal de Mato Grosso, o programa busca criar produtos e serviços liderados por mulheres, de maneira a combater a desigualdade de gênero e contribuir para o empoderamento feminino e para a evolução humana.

O Programa Teresa de Benguela busca cumprir um importante papel como política pública reparadora. O programa busca capacitar mulheres em conhecimentos profissionais específicos e, assim, estimula e colabora para a emancipação da mulher por meio da educação, capacitação e elevação de renda, possibilitando a elas maior poder de decisão, maior capacidade de fazer escolhas e sobretudo maior autonomia. O programa tornou-se um forte aliado para a inclusão de mulheres em situação de vulnerabilidade no mercado de trabalho por meio do empreendedorismo. O programa também cumpre seu papel social de apoio à mulher, pois todos os cursos são permeados de discussões de gênero, empoderamento e autoconfiança.

Desse modo, esta pesquisa busca analisar a efetividade do Programa Teresa de Benguela enquanto uma política pública reparadora no processo de empoderamento e autonomia feminina. Para isso, o estudo analisou dados inéditos sobre a avaliação de alunas egressas a respeito do programa.

2. Referencial Teórico

2.1 Empoderamento Feminino

Em conformidade com o dicionário de língua portuguesa Aurélio, o neologismo “empoderamento” é o ato ou efeito de produzir conscientização tanto social quanto individual, é a ação de promover a autonomia de classes menos favorecidas, é o indivíduo ter domínio e capacidade de tomar suas próprias decisões e gerenciar sua própria vida (FERREIRA, 2019).

Para Horochovski e Meirelles (2007) o empoderamento, do ponto de vista da independência, é o processo pelo qual a sociedade adquire o poder de tomada de decisão e a capacidade de fazer suas próprias escolhas. Empoderamento é dar voz e visibilidade tanto para os indivíduos como também para instituições carentes da adequada expressão e visibilidade.

A partir deste ponto de vista de empoderamento, o governo e as instituições estão sujeitos à responsabilização social, aumentando o poder social no controle de seus próprios assuntos (FRIEDMANN, 1996), e assim, à reequilibrar a estrutura de poder na sociedade. Desta forma, o governo visa construir um processo de conscientização que impulsiona grupos e comunidades na construção de sua autonomia e redução das desigualdades.

Nesta perspectiva, o empoderamento da mulher é o novo conceito de poder nas relações de gênero (LISBOA, 2008). De modo mais otimista, o empoderamento feminino está construindo novos meios de tomadas de decisão e assumindo formas mais democráticas e responsabilidades compartilhadas. Neste contexto, destaca-se o empoderamento como a peça chave para a conquista da igualdade de gênero, um desafio para os ambientes familiares e as relações patriarcais (COSTA, 2000).

Atualmente é comum a utilização do termo empoderamento para definir ações coletivas, nas lutas e movimentos sociais de mulheres, negros e homossexuais. Conforme Sardenberg destaca:

De fato, tem-se tornado comum, tanto no discurso acadêmico, quanto de órgãos governamentais e não governamentais - ou mesmo no próprio movimento de mulheres - falar-se do empoderamento de mulheres, sobretudo no contexto do discurso sobre gênero e desenvolvimento. (SARDENBERG, 2006, p.1).

Segundo Colling (2004) historicamente a mulher vem sendo tratada como inferior e submissa ao homem, desde as relações familiares até as de trabalho. E esse estado de submissão e inferioridade está impregnado na sociedade. No contexto contemporâneo, o feminismo é entendido como um movimento social que busca equilibrar a balança da justiça, dando direitos iguais para homens e mulheres (NOGUEIRA, 2001).

Do ponto de vista feminista, o empoderamento é o processo de conquista da autossuficiência, da autodeterminação. É a libertação da opressão de gênero e da dominação patriarcal. O principal objetivo do empoderamento feminino é que a mulher assuma o controle sobre o seu próprio corpo, sobre sua própria vida (SARDENBERG, 2006). Conforme afirma Costa:

O empoderamento das mulheres representa um desafio às relações patriarcais, em especial dentro da família, ao poder dominante do homem e à manutenção dos seus privilégios de gênero. Significa uma mudança na dominação tradicional dos homens sobre as mulheres, garantindo-lhes a autonomia no que se refere ao controle dos seus corpos, da sua sexualidade, do seu direito de ir e vir, bem como um rechaço ao abuso físico e a violação sem castigo, o abandono e as decisões unilaterais masculinas que afetam a toda a família. (COSTA, 2000, p.9)

Organizações feministas ou de afinidade com esta temática têm ganhado destaque nas linhas de frente da promoção do empoderamento feminino. Elas são facilitadoras no processo de desenvolvimento de ações mobilizadoras e na criação de consciência crítica. Diante dessa perspectiva, e embora ainda permaneçam visíveis as desigualdades entre os gêneros, em conformidade com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Brasil o rendimento mensal médio do público feminino corresponde a 76% do masculino, o equivalente a R \$1.764,00 para as mulheres e R \$2.306,00 para os homens (IBGE, 2018).

No entanto, há evidências de que o trabalho feminino vem se profissionalizando, diversificando e ocupando progressivamente espaço e importância no mercado de trabalho, como nos mostram os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). O público feminino é maioria na educação profissional e nos cursos de graduação, fatores que têm contribuído para o crescente aumento de empreendimentos liderados por mulheres (INEP, 2020). Segundo dados do Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), 43% dos lares brasileiros são chefiados por mulheres donas do próprio negócio, sendo este fato o responsável pelo Brasil ocupar no ano de 2018 o 7º lugar no ranking mundial de empreendedores iniciais (SEBRAE, 2019). Acredita-se que essas mudanças são sinais do empoderamento das mulheres em termos gerais (MELO e LOPES, 2013).

A declaração da Plataforma de Ação de Pequim (PAP), assinada no ano 1995, foi um documento designado por meio da IV Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Mulheres, com o propósito de combater a desigualdade de gênero. Nesta declaração os governos adotaram e se comprometeram a colocar em prática a Plataforma de Pequim de forma a garantir que a Perspectiva de Igualdade entre homens e mulheres seja refletida em todas as suas Políticas e Programas.

Neste seguimento, a Organização das Nações Unidas (ONU) com a intenção de promover o empoderamento feminino, criou em 2010 a ONU Mulheres. Esta é uma entidade das Nações Unidas para Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres, cujo principal objetivo é garantir os direitos humanos de todas as mulheres do mundo e defender os compromissos internacionais assumidos pelos Estados-Membros da ONU com os direitos humanos das mulheres (ONU, 2020).

A partir desta perspectiva de empoderamento, a ONU Mulheres criou junto com o Pacto Global da ONU (ONU MULHERES, 2010), uma lista com sete princípios básicos de empoderamento feminino no âmbito social e profissional. Segundo a ONU Mulheres (2010) estes princípios são:

- *Estabelecer liderança corporativa sensível à igualdade de gênero, no mais alto nível*

- *Tratar todas as mulheres e homens de forma justa no trabalho, respeitando e apoiando os direitos humanos e a não-discriminação.*
- *Garantir a saúde, segurança e bem-estar de todas as mulheres e homens que trabalham na empresa.*
- *Promover educação, capacitação e desenvolvimento profissional para as mulheres.*
- *Apoiar o empreendedorismo de mulheres e promover políticas de empoderamento das mulheres, através das cadeias de suprimentos e marketing.*
- *Promover a igualdade de gênero através de iniciativas voltadas à comunidade e ao ativismo social.*
- *Medir, documentar e publicar os progressos da empresa na promoção da igualdade de gênero.*

Ações como esta da ONU também se mostraram como de interesse de órgãos governamentais brasileiros. Alguns exemplos são Programas como Mulheres Mil, Mulheres Inovadoras, Bolsa Família, Rede Brasil Mulher, Teresa de Benguela e muitos outros. As políticas sociais incentivadas pelo governo têm auxiliado e fomentado mudanças nos padrões e na cultura da sociedade (CASTRO, 2012).

2.2 Empreendedorismo

O termo empreendedor é derivado da palavra francesa *entrepreneur*, que diz respeito ao indivíduo que tem coragem de assumir riscos (FERREIRA et al, 2014). Apesar do empreendedorismo ser bem aceito pela sociedade, ele ainda é considerado uma prática de mercado tradicionalmente masculina (MACHADO, 2012). Isto ocorre, porque a sociedade já tem um modelo pré-estabelecido de mulher doméstica e, portanto, funções que são típicas do público feminino.

Durante muito tempo o ato de empreender era restrito apenas para os homens, mas aos poucos as mulheres foram conquistando seu espaço no ramo do empreendedorismo e atualmente muitas já são protagonistas da sua independência por intermédio dos próprios empreendimentos. No Brasil, as empreendedoras inovam também na cultura organizacional,

ao se colocarem como um contraponto à exclusão das mulheres do processo sucessório de empresas familiares (MACÊDO et al,2004).

Nesta perspectiva de compreensão da importância do ato de empreender, o público feminino ganhou destaque nos últimos anos como força motora para o progresso e evolução da economia de muitos países que estão em desenvolvimento (NATIVIDADE, 2009). A partir desse contexto de mudanças culturais, a participação feminina vem sendo modificada na sociedade e no mercado de trabalho.

As mulheres vêm ganhando visibilidade e um papel de destaque no universo do empreendedorismo brasileiro. Pesquisas conduzidas pelo Sebrae, como a Global Entrepreneurship Monitor (GEM) e o Anuário do Trabalho nos Pequenos Negócios, mostram que desde 2017 as mulheres superaram os homens na abertura de empresas e já são maioria entre os trabalhadores com carteira assinada nos pequenos negócios (ONU MULHERES, 2020). A finalidade é compartilhar poder às mulheres para que participem de forma plena da vida econômica em todos os setores e em todos os níveis da economia brasileira.

2.3. Ações para promoção de renda de pessoas em situação de vulnerabilidade

O IPEA⁵ (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) revela que a criação de programas federais de transferência de renda foi uma das mais importantes novidades ocorridas na política social brasileira entre o final dos anos 1990 e o início do século XXI (IPEA, 2006).

Nessa linha de pensamento Marinho et al (2011) destaca que os programas de assistência do governo são os agentes de maior resultado distributivo e o que melhor identifica a população carente. Estes programas, conforme afirma Sacchet (2015, p.316) entregam índices elevados de capital social que cooperam para promoção da igualdade política entre homens e mulheres e também para maior igualdade social. Neste contexto, as políticas públicas reparadoras têm sido a porta de entrada do público feminino no mercado de trabalho. Conforme BRUSCHINI:

Nos últimos anos as mulheres têm sido beneficiadas por um conjunto de programas de políticas públicas que tentam promover melhores condições e igualdade de gênero no trabalho (BRUSCHINI et al, 2003).

A criação de políticas públicas que promovam o empoderamento feminino são medidas de suma importância no combate à desigualdade tanto de gênero quanto a social. Essas ações dão voz e visibilidade para o público feminino, de maneira que temos um aumento significativo de mulheres empreendedoras no mercado de trabalho (SEBRAE, 2020)

O Programa Bolsa Família, um dos mais conhecidos programas brasileiros, é o que mais enfatizou e se destacou no combate e erradicação da pobreza. O programa tem como principal objetivo garantir uma renda mínima à população mais carente. Outros programas, tais como o Pró Família e o Panela Cheia, do Estado de Mato Grosso, assim como o PROGER - Programa de Geração de Renda do Governo Federal, em parceria com o Sebrae, contribuem de forma direta para a conquista da autonomia feminina. Ações como estas têm como foco a redução das desigualdades sociais, promovendo cidadania e inclusão social de famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade, já que muitas destas famílias que se encontram em tal situação são chefiadas por mulheres.

Segundo Perucchi e Beirão (2007), é crescente o número de lares chefiados por mulheres brasileiras e esse novo modelo de família totalmente inverso do modelo familiar patriarcal tem sido desvantajoso para o público feminino, já que, o seu papel como mãe dificulta a sua inserção no mercado de trabalho.

3. Metodologia da pesquisa

Para iniciar este trabalho foi realizado um estudo visando compreender o processo de empoderamento e a autossuficiência feminina gerada pelo Programa Teresa de Benguela para, assim, identificar potenciais estratégias de melhoria. O estudo foi realizado mediante pesquisa bibliográfica, que com base em uma revisão sistemática buscou utilizar fontes e dados da literatura para evidenciar uma intervenção específica (SAMPAIO e MANCINI, 2007) e (GIL,2002).

As principais bases bibliográficas utilizadas para esta pesquisa foram o Google Acadêmico e a Scielo, utilizando os termos “programas para o empoderamento feminino”, “empoderamento de mulheres” e “autonomia feminina”.

Para a busca de informações contextualizadas ao Estado de Mato Grosso, e do Governo Federal, foram utilizados os sites www.mt.gov.br e o www.sebrae.com.br para encontrar informações sobre programas de promoção de renda para pessoas carentes.

Em seguida, partiu-se para a análise específica do Programa de Extensão Teresa de Benguela, o programa foco de nossa pesquisa. Foi feito contato com a gestão do programa, que disponibilizou alguns documentos importantes tais como, Editais de seleção de projetos, Resolução N° 046 de aprovação do regulamento do Programa Teresa de Benguela, Guias de empreendedorismo e incubação (Cartilhas) e os dados coletados a partir de um questionário de avaliação do programa aplicado entre os anos de 2017, 2018 e 2019.

Neste questionário desenvolvido pela gestão do programa, foi utilizada a abordagem quanti-qualitativa, para entender através de números e levantamentos de dados a opinião, expectativa e sentimento de um determinado grupo de pessoas, com a finalidade de compreender os detalhes e as peculiaridades, o que nos permite ter maior familiaridade com o problema (MARCONI e LAKATOS 2017, p. 298).

No tocante a escolha das perguntas contidas no questionário, a Gerente da Ativa Incubadora, Léa Morais, explica que baseou-se em outros formulários de avaliação de projetos já reconhecidos institucionalmente pelo IFMT, mas que usou, também, de seu conhecimento do programa, das mulheres atendidas e de suas realidades, para pensar os questionamento de avaliação. Em suas palavras, *“as questões (qualitativas e quantitativas) foram elaboradas a partir da minha percepção extensionista, educacional e do Programa em si”* (ATIVA, 2020).

A análise quantitativa foi realizada por meio do levantamento de dados das questões fechadas do questionário que buscou analisar dados demográficos (ex.: idade e número de filhos, etc...) e grau de satisfação com o programa e professores. Já a análise qualitativa foi realizada por questões abertas sobre o programa, que indagavam as experiências e emoções vividas dentro do mesmo.

O questionário é composto de 18 perguntas, divididas em duas partes, sendo a primeira constituída por dados sociodemográficos e ocupacionais, e a segunda buscando apontar a percepção das participantes sobre o programa. Na Tabela 1, a seguir, é possível

visualizar a distribuição da quantidade de mulheres atendidas pelo projeto, bem como as que responderam os questionários, por curso e campus de execução do projeto.

Tabela 1 – Número de participantes por curso e por Campus do Programa Teresa de Benguela no período de 2017, 2018 e 2019.

Campus	Curso	N. de Participantes
Rondonópolis	Donas de si	4
Rondonópolis	Empreendedorismo	13
Tangará da Serra	Empreender para a liberdade	16
Cáceres	Produtoras do derivado do leite	23
Cáceres	Preparadora cervejeira artesanal	20
Sorriso	Pintura em tela	7
Juína	Curso de vigilante e defesa pessoal	4
Várzea Grande	Racismo Ambiental	47
Ponte e Lacerda	Produção de embutidos defumados e cárneos artesanais	9

Fonte: Elaborado pelos autores

Para melhor visualização dos dados coletados nos questionários, foi feita a tabulação e tratamento destes e suas respectivas apresentações em gráfico, para facilitar o processo de análise e discussão.

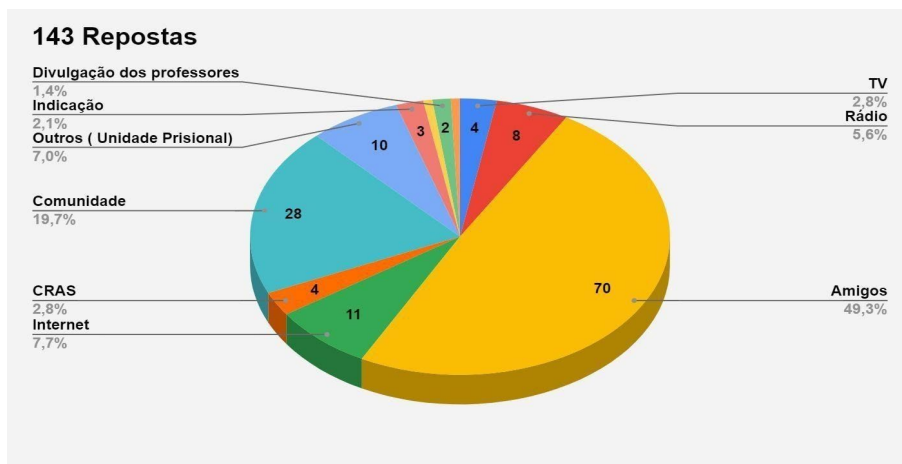
4. Resultados

Os resultados serão apresentados nesta seção em três segmentos, sendo o primeiro referente ao perfil das participantes, o segundo relativo à avaliação das participantes sobre o curso e o terceiro referente ao efeito dos cursos sobre as participantes.

4.1 Perfil das participantes

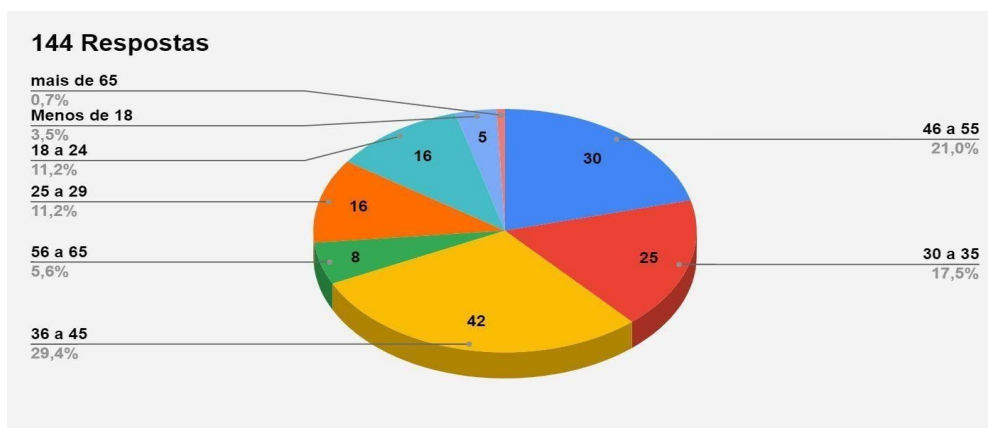
Em análise, os dados revelam que nas questões em que se perguntou se conheciam o IFMT, 57,7% das participantes afirmaram que conheciam e 42,3% responderam que não conheciam. Destas, 49,3% ficaram sabendo por intermédio de amigos e 19,7% ficaram sabendo pela comunidade local (Gráfico 1).

Gráfico 01 - Representação dos resultados referentes à como as participantes do Programa Teresa de Benguela ficaram sabendo dos cursos.



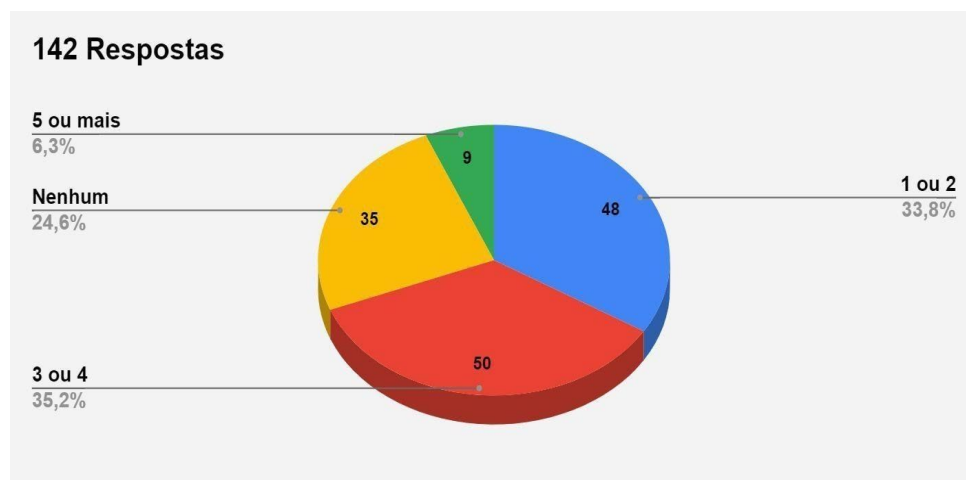
Em relação à idade, 29,4% tinham de 36 a 45 anos, 21% tinham de 46 a 55 e 17,5% tinham de 30 a 35 anos (Gráfico 2). É perceptível que a maior participação está concentrada entre os 30 a 55 anos.

Gráfico 02 - Distribuição das participantes do Programa Teresa de Benguela em relação à idade.



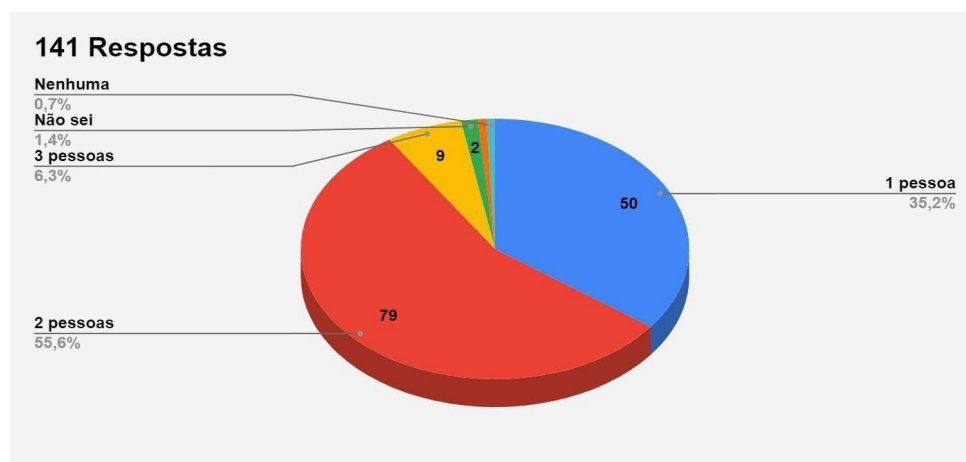
Quanto ao número de filhos, 35,2% tinham de 3 a 4 filhos, 33,8% tinham de 1 a 2 filhos e 24,6% não tinham nenhum filho (Gráfico 3). No tocante à quantidade de filhos com menos de 18 anos, 48,9% não tinham filho nesta faixa etária, 34,5% tinham 2 ou 3 filhos com menos de 18 anos e 15,8% tinham 3 ou 4 filhos com menos de 18 anos.

Gráfico 03 - Representação dos resultados referentes à quantidade de filhos das participantes do Programa Teresa de Benguela.



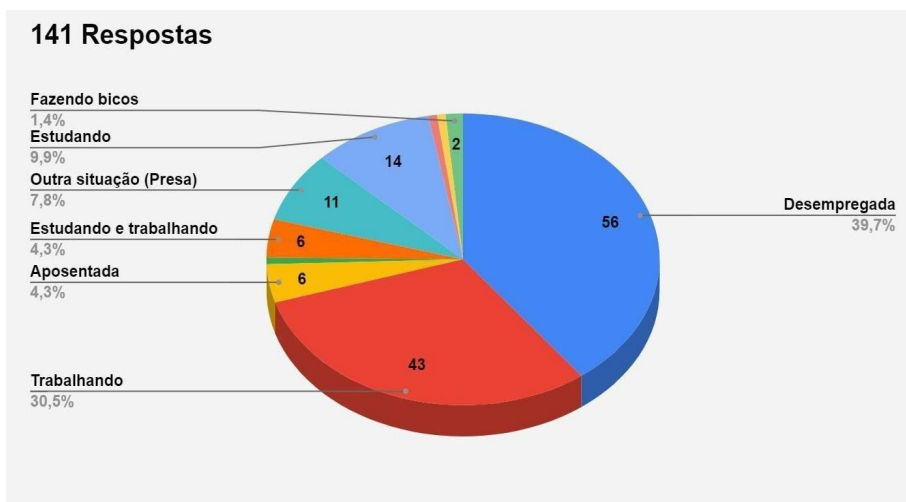
Em relação à contribuição para a renda familiar, 67,1% das alunas afirmaram contribuir para a renda familiar e 32,9% informaram não contribuir. Destes lares, 55,6% afirmam que apenas duas pessoas é responsáveis pela renda familiar e 35,2% afirmam que apenas 1 pessoa é responsável pela renda familiar (gráfico 4)

Gráfico 04 - Representação da quantidade de pessoas que contribuem para a renda familiar das participantes do Programa Teresa de Benguela.



No tocante ao recebimento de auxílio do governo, 57,7% das alunas afirmam não receber nenhuma assistência do governo e 42,3% afirmam receber. Quando iniciaram o curso, a maioria das participantes 39,7% estavam desempregadas e 30,5% estavam trabalhando (Gráfico 5).

Gráfico 05 - Representação dos resultados referentes à situação de trabalho que cada participante exercia antes de ingressarem nos cursos do Programa Teresa de Benguela.



4.2 Avaliação das participantes sobre os cursos

Em relação a satisfação com o conhecimento recebido por meio do Programa Teresa de Benguela, 59,7% das participantes respondentes disseram estar muito satisfeitas, 35,4% satisfeitas e 4,9% dizem regular. As repostas para Insatisfeito e muito insatisfeito tiveram valores iguais a 0.

Referente à avaliação dos professores, 77,1% das participantes disseram estar muito satisfeitas, 18,6% disseram estar satisfeitas, 2,5% avaliaram como regular e 1,7% declaram estar muito insatisfeitas com os instrutores.

No quesito avaliação dos produtos e serviços desenvolvidos no curso, 49,3% disseram estar muito satisfeitas, 43,6% disseram estar satisfeitas e 6,4% avaliaram como regular.

Em relação a melhorias no curso os fatores mais citados foram: ter mais aulas presenciais, ter mais aulas práticas e local adequado para as aulas práticas.

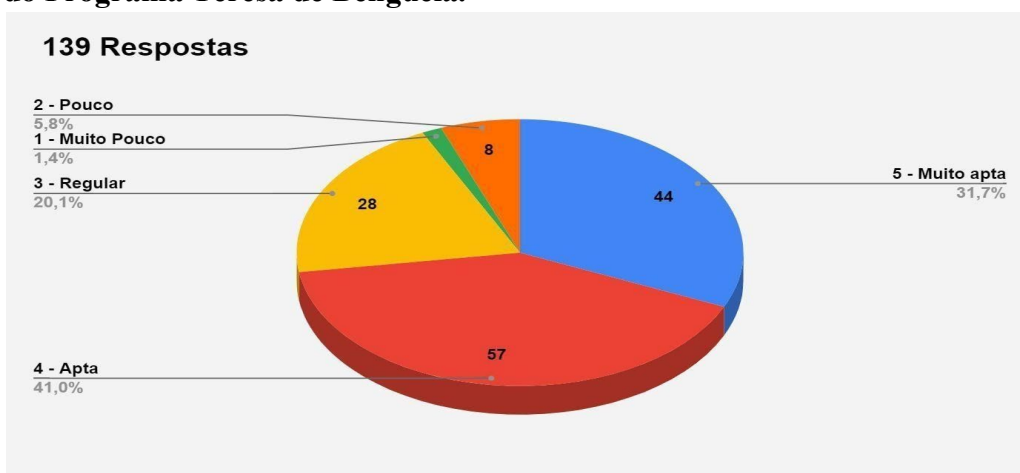
4.3 Efeito do curso sobre as participantes

Quanto ao quesito motivação para continuar ou abrir um negócio na área de formação promovida pelo curso, um percentual de 41,9% das alunas se sentem muito motivadas, 40%

dizem estar motivadas e 17,1% se sentem regularmente motivadas quanto a produzir e vender o que aprenderam no curso.

No quesito aptidão para aplicação dos conhecimentos adquiridos, 41% disseram estar aptas, 31,7% disseram estar muito aptas, 20,1% se sentem regular, 5,8% se sentem pouco aptas e 1,4% afirmaram estar muito pouco aptas para aplicar o conhecimento e melhorar a renda (Gráfico 6).

Gráfico 06 - Representação dos resultados referentes à aptidão das participantes do Programa Teresa de Benguela.



Nas questões abertas, referente aos sonhos e idealizações das participantes em abrir o seu próprio negócio, a maioria afirmou possuir o desejo de abrir um negócio, sendo os principais ramos o de confeitaria, salão de beleza e loja de roupas. E, por fim, sobre as experiências e momentos marcantes dentro do curso, foram citadas viagens especiais para outros Campi, ter conhecido mulheres corajosas e guerreiras, aprender a fazer bolo, saber que todos os professores eram voluntários, contar a nossa história e muitos outros depoimentos. Também, muitos professores foram elogiados.

5. Discussão

De acordo com a análise referente ao perfil das participantes, é possível constatar que o grupo de maior interesse nos cursos do programa e, que portanto revela um perfil mais ávido por estudar o empreendedorismo e a autonomia feminina, são mulheres com idade de 30 a 55 anos, que têm de 1 a 4 filhos com idade inferior a 18 anos. Muitas dessas mulheres não recebiam nenhum auxílio do governo, estavam desempregadas quando iniciaram o curso

e viviam em lares onde de 1 a 2 pessoas contribuem para a renda familiar e quase 70% delas eram um desses contribuintes.

Percebe-se por meio destes dados que o público alvo do programa foi alcançado, o que evidencia a relevância do Programa Teresa de Benguela. Para o cenário social, ao oferecer educação e capacitação para mulheres socialmente vulneráveis, ele tem contribuído de maneira importante para o desenvolvimento da autoestima e elevação de renda das mesmas.

Observou-se também, que apesar dos dados mostrarem que 57,7% das participantes afirmaram conhecer o Instituto Federal de Mato Grosso, uma parcela grande de pessoas, de mais de 40%, afirmaram não ter conhecimento. Este é um dado a se dar atenção, uma vez que, os cursos do programa são promovidos pela instituição. Faz-se necessária a utilização de meios de divulgação, que consigam atingir com eficácia este público.

Referente a avaliação das participantes sobre os cursos, conforme nos mostram os dados, 90% das alunas afirmaram estar satisfeitas com o conhecimento adquirido, com os professores e com os produtos e serviços desenvolvidos no curso. Isso pode evidenciar que o formato dos cursos ofertados é eficaz e a formação profissional e os produtos oferecidos são de qualidade, o que permite que essas mulheres tenham a chance real para o sucesso na gestão de seus empreendimentos.

No entanto, houveram também questionamentos sobre melhorias na infraestrutura, no formato das aulas e na quantidade de aulas práticas, o que nos permite evidenciar que essas melhorias podem influenciar de maneira significativa no aprendizado dessas alunas. Uma vez que, para que os cursos sejam de qualidade é preciso que a infraestrutura, o número de aulas e as aulas práticas sejam adequadas com o nível de excelência dos profissionais que o curso visa formar para o mercado de trabalho.

Em relação ao efeito dos cursos sobre as participantes, os dados mostram que mais da metade das participantes se sentem motivadas e aptas para criar e aplicar os produtos e conhecimentos adquiridos nos cursos. Isso nos permite concluir que o programa tem sido capaz de gerar resultados positivos para o empoderamento e autonomia dessas mulheres.

Quanto aos sonhos e idealizações das participantes, fica evidente que todas sonham com a sua independência, com sua autonomia, o que torna o Programa Teresa de Benguela,

usando a licença de emprestar as palavras que algumas escrevem nas pesquisas, um divisor de águas na vida de cada uma delas. Isto, por ampliar os seus horizontes de maneira a tornar real seus sonhos de chefes dos próprios empreendimentos e da própria vida. Nota-se também nos relatos de fatos marcantes do curso, que essas mulheres se sentiam felizes em sair do espaço particular para o público, se sentiam felizes em compartilhar sua história de vida, perceber que tinham um espaço em que eram ouvidas e, também, que podiam ouvir as histórias de vida de outras colegas.

Aqui, podemos perceber o impacto do Teresa de Benguela para o empoderamento e autonomia destas mulheres.

Dessa forma, pode-se afirmar que o programa Teresa de Benguela atingiu seu objetivo referente às capacitações, ao promover acesso à educação. O programa trouxe benefícios não só para o empoderamento feminino, mas também tornou possível o sonho de independência dessas mulheres, cumprindo o seu papel como política pública reparadora, ao possibilitar a elas experiência no espaço público, quebra de tabus, conhecimento sobre seus direitos e a possibilidade real de conquistar sua autonomia..

6. Conclusão

Esta pesquisa teve por foco analisar a efetividade do Programa Teresa de Benguela, sobre o ponto de vista de 144 alunas dos cursos desenvolvidos no programa, no período de 3 anos, por meio da análise das respostas destas alunas a um questionário de avaliação da eficácia, efetividade e satisfação do programa aplicado às mesmas. De acordo com seu regulamento, o programa tem como principal objetivo a elevação de renda por meio da educação e capacitação de mulheres socialmente vulneráveis.

Inicialmente foi possível deduzir que o programa tem desempenhado um papel importante no campo social ao proporcionar capacitação e autonomia ao público feminino que se encontra em situação de vulnerabilidade. Analisando os resultados das pesquisas, é possível apreciar que o programa mostrou-se capaz de obter efeitos positivos para a elevação de renda e para o empoderamento feminino.

Percebe-se de acordo com a visão das alunas que o programa, além de atingir o seu público-alvo também obteve resultados satisfatórios nas variáveis relacionadas a elevação da autoestima e na qualidade dos cursos, um fator de suma importância para a promoção da

autonomia e para o desenvolvimento social dessas mulheres. Nota-se, por meio desta pesquisa, que os cursos disponibilizados pelo programa têm contribuído para a construção da autonomia feminina, por meio da inserção na sociedade, elevação da autoestima e, o mais importante, pela motivação e oportunidade de chefiar os seus próprios empreendimentos, tornando-as mulheres empoderadas.

Em termos de política pública, o programa tem conseguido proporcionar ao público feminino melhorias de vida. No entanto, para a total eficiência dessas ações, torna-se necessária uma maior atenção do Estado nas questões relacionadas aos materiais e à infraestrutura onde serão realizados os cursos. Neste sentido, percebe-se fundamental a promoção de ações intergovernamentais que visem desenvolver a total eficácia do programa.

Assim, conclui-se com base nos resultados obtidos que o Programa Teresa de Benguela tem possibilitado ao público feminino desempenhar um novo papel na sociedade. Os cursos ofertados têm produzido efeitos positivos sobre a forma como essas mulheres vêem o mundo e de como se encaixam nele.

Deste modo, a sociedade ganha como um todo, com profissionais qualificadas, mulheres motivadas e empoderadas, dispostas a fazer a diferença. Logo, o Programa Teresa de Benguela se posiciona como uma forte ferramenta para a construção da nova imagem da mulher frente à sociedade.

Referências

ATIVA, Incubadora de empresas do IFMT. Programa Teresa de Benguela. Disponível em: <http://ativa.ifmt.edu.br/>. Acessado em 13 de Junho de 2020.

BANDEIRA, Lourdes. Brasil: fortalecimento da secretaria especial de políticas para as mulheres para avançar na transversalização da perspectiva de gênero nas políticas públicas. In.: Unidat Mujer y Desarrollo. Proyecto —Governabilidade democrática e igualdade de gênero ||, p. 43 – 77, Santiago de Chile, junho, 2005. Disponível em: <http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/publicacoes/outros-artigos-e-publicacoes/fortalecimento-da-secretaria-especial-de-politicas-para-as-mulheres-avancar-na-transversalizacao-da-perspectiva-de-genero-nas-politicas-publicas/view>. Acessado em 29 de Junho de 2020.

BORGES, Carolina de Campos. Mudanças nas trajetórias de vida e identidades de mulheres na contemporaneidade. Revista de Psicologia em Estudos, Maringá, v.18, n.1, p.71-81, Jan/Mar, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pe/v18n1/v18n1a07.pdf>. Acessado em 28 de Junho de 2020.

BORIS, Georges Daniel Janja Bloc; **CESÍDIO**, Mirella de Holanda. Mulher corpo e subjetividade: uma análise desde o patriarcado à contemporaneidade. Revista Mal-Estar e

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT

Campus Barra do Garças

Curso Tecnólogo em Gestão Pública

Trabalho de Conclusão de Curso defendido em 27 de novembro de 2020. Página 18

Subjetividade, Fortaleza, v.7, n.2, 2007. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482007000200012. Acessado em 28 de Junho de 2020.

BRONZO, Carla. Vulnerabilidade, Empoderamento e Proteção Social. Reflexões a partir de experiências latino-americanas. EnANPAD, XXXII, 2008.

BRUSCHINI, Cristina.; **LOMBARDI**, Maria Rosa; **UNBEHAUN**, Sandra. O progresso das mulheres no Brasil. Brasília, - Trabalho, renda e políticas sociais: avanços e desafios. Disponível em: <https://issuu.com/profcacauramos/docs/cartilhaoprogressodasmulheresnobras>. Acessado em 10 de Abril de 2020.

CASTRO, Jorge Abrahão de. Política social e desenvolvimento no Brasil. Revista economia e Sociedade, v.21, n.spe, Campinas, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-06182012000400012>.

COLLING, Ana. Gênero e cultura: Questões contemporâneas - A construção histórica do feminino e do masculino. Porto alegre: Ed. EDIPUCRS, Coleção gênero e contemporaneidade, 1, 2004.

COSTA, Ana Alice. Gênero, poder e empoderamento das mulheres. Núcleo de Estudos, 2000. Disponível em: http://www.reprolatina.institucional.ws/site/respositorio/materiais_apoio/textos_de_apoio/Genero_poder_e_empoderamento_das_mulheres.pdf. Acessado em 20 de Abril de 2020.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Mini Aurélio o dicionário da língua Portuguesa. Curitiba: Ed. Positivo, 8ª ed., 2019.

FERREIRA, Felipe Leal Alves; **GIMENEZ**, Fernando Antônio Prado; **AUGUSTO**, Paulo, Otávio Mussi. Empreendedorismo e o processo de criação de uma nova organização. Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas, v. 3, n. 2, p. 70-93, 2014. DOI: 10.14211regep32128.

FRIEDMANN, John. Empowerment: Uma Política de Desenvolvimento. Alternativo, Oeiras: Celta, 1996.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Ed. Atlas, 4ª. ed., 2002.

GOHN, Maria da Glória. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. Revista de Saúde e Sociologia, v.13, n.2, p.20-31. 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902004000200003>.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. (T.T. da Silva & G.L. Louro, Trads.). Rio de Janeiro: Ed. DP & A. 11º ed., 1999. Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4135505/mod_resource/content/1/A%20Identidade%20Cultural%20na%20P%C3%B3s-Modernidade%20-%20Stuart%20Hall.pdf. Acessado 26 de Agosto de 2020

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de.; CINTRÃO, Rosângela Pezza. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. Revista NERA. Ano 9, n.8. 28p. Presidente Prudente, Janeiro/Junho de 2006. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1443>. Acessado em 30 de Junho de 2020.

HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi; MEIRELLES, Giselle. Problematizando o conceito de empoderamento. Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia, v. 2, p. 485-506, 2007.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/materias-especiais/20453-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html#subtitulo-1>. Acessado em 25 de Junho de 2020.

INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). Mulheres são maioria na educação profissional e nos cursos de graduação. Disponível em: http://inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/mulheres-sao-maioria-na-educacao-profissional-e-nos-cursos-de-graduacao/21206. Acessado 25 de Junho de 2020.

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). TD-1258: A queda recente da desigualdade de renda no Brasil. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=4822. Acessado em 16 de Abril 2020.

LISBOA, T. K. O empoderamento como estratégia de inclusão das mulheres nas políticas sociais. Fazendo gênero 8 – Corpo, Violência e Poder. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008.

MACÊDO, Kátia Barbosa; CAIXETA, Cássia Maria Moura; GUIMARÃES, Daniela Cristina; MACEDO, Goiacira Nascimento Segurado; HERNANDEZ, Janete Capel. O processo sucessório em organizações familiares e a exclusão da mulher. Psicologia & Sociedade, v.16, n.3 p.69-81, Porto Alegre, 2004. DOI: 10.1590/S0102-71822004000300009. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822004000300009&lng=pt&tlng=pt. Acessado em 16 de Abril de 2020.

MACHADO, Francis Berenger. Dilemas de Mulheres Empreendedoras em Empresas Inovadoras Nascentes: Anais do Encontro da ANPAD. 36, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2012_GCT1184.pdf. Acessado em 21 de Abril de 2020.

MARINHO, Emerson; LINHARES, Fabrício; CAMPELO, Guaracyane. Os programas de transferência de renda do governo impactam a pobreza no Brasil?. Revista brasileira de economia, v.65, n.3, 2011, DOI:10.1590/S0034-71402011000300003

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos da Metodologia científica. São Paulo: Ed. Atlas, 8ª ed., 2017.

MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes; **LOPES**, Ana Lúcia Magri. Empoderamento de mulheres gerentes: a construção de um modelo teórico de análise. *Gestão & Planejamento-G&P*, v. 13, n. 3, 2013. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/rgb/article/view/2346>. Acessado em 22 de Abril de 2020.

NATIVIDADE, Daise Rosas da. Empreendedorismo feminino no Brasil: Políticas públicas sob análise. *Revista de Administração Pública*, v.43, n.1, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122009000100011>.

NOGUEIRA, Conceição. Construcionismo social, discurso e gênero. *Psicologia*, v. 15, n. 1, 2001. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-20492001000100003. Acessado em 01 de Maio de 2020.

ONU (Organização das Nações Unidas). ONU Mulheres Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/agencia/onumulheres/>. Acessado em 18 de Abril de 2020.

ONU MULHERES BRASIL. Sobre a ONU Mulheres - Garantir os direitos humanos das mulheres no Brasil e no mundo. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/onu-mulheres/sobre-a-onu-mulheres/>. Data de acesso: 15 de Abril de 2020a.

ONU MULHERES BRASIL. Sebrae se une à ONU para fortalecer empreendedorismo das mulheres. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/sebrae-se-une-a-onu-para-fortalecer-empendedorismo-das-mulheres/>. Acessado em: 15 de Março 2020b.

PERUCCHI, Juliana; **BEIRÃO**, Aline Maiochi. Novos Arranjos Familiares: Paternidade, parentalidade e relações de gênero sob o olhar de mulheres chefes de família. *Psicologia Clínica*, v.19, n. 2, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pc/v19n2/a05v19n2>. Acessado em 03 de Maio de 2020.

ROMANO, Jorge; **ANTUNES**, Marta. Empoderamento e direitos no combate à pobreza. Rio de Janeiro: ActionAid, 2002.

SACCHET, Teresa. Capital social, gênero e representação política no Brasil. *Opinião Pública*. *Revista do CESOP*, v.15, n.2, pp.306-332, 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8641333>. Acessado em 08 de Março 2020.

SAMPAIO, RF, **MANCINI**, MC. Estudo de revisão sistemática: Uma guia para síntese criteriosa da evidência científica. *Revista brasileira de fisioterapia*, v.11, n.1, p.83-89. São Carlos, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbfis/v11n1/12.pdf>. Acessado em 24 de Maio de 2020.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Conceituando “empoderamento” na perspectiva feminista. 2006.

SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas). Relatório Especial: Empreendedorismo Feminino. Março de 2019. Disponível em:

https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/GO/Sebrae%20de%20A%20a%20Z/Empreendedorismo%20Feminino%20no%20Brasil%202019_v5.pdf. Acessado em 30 de Junho de 2020.

Anexos

Questionário do programa

1. Conhecia o IFMT antes de realizar o curso aqui
2. Como ficou sabendo do Curso?
3. Qual a sua Idade?
4. Quantos filhos você tem?;
5. Quantos filhos com menos de 18 você tem?;
6. Você contribui para a renda familiar?;
7. Quantas pessoas contribuem para a renda familiar em seu lar?;
8. Antes de participar do curso imaginou/sonhou/idealizou abrir algum tipo de negócio? Se sim, qual era?;
9. Você participa de programa de transferência de renda (exemplo: bolsa família) ou outro programa de assistência de órgãos do governo ou entidade assistencial?;
10. Quando o curso começou você estava?;
11. Na escala de 1 a 5, como você avalia o seu conhecimento após as informações recebidas durante a realização do curso?;
12. Na escala de 1 a 5 , avalie o seu nível de motivação em relação a continuar um negócio e/ou abrir um negócio na área de formação do curso produzindo e vendendo o que aprendeu;
13. Na escala de 1 a 5 , como você avalia os instrutores/professores do curso ofertado?;
14. Na escala de 1 a 5, o quanto considera-se apta(o) a aplicar os conhecimentos adquiridos para melhorar a sua renda?;
15. Na escala de 1 a 5 , como você avalia os produtos e/ou serviços desenvolvidos durante o curso?;
16. Você pretende abrir um comércio, atuar como empreendedora autônoma produzindo e vendendo o que aprendeu no curso?;
17. O que poderia melhorar no curso?

18. Conte um fato marcante que aconteceu durante o curso.